



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020
pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas



Nº 27 / 2024 | AFUSE | 8 de agosto

POLÍTICA OPERÁRIA

Tese da Corrente Proletária na Educação ao Congresso Estadual da AFUSE

ENFRENTAR A OFENSIVA DOS GOVERNOS CONTRA A EDUCAÇÃO PÚBLICA COM A LUTA NAS RUAS!

Nos seus primeiros anos de vida, a AFUSE reunia centenas de funcionários nas reuniões ampliadas do Conselho Estadual e de Representantes das Unidades Escolares. A sua organização estava voltada a organizar a categoria, a Assembleia Geral era convocada e os trabalhadores compareciam.

Porém, a política de conciliação de classes, que ganhou força no movimento operário a partir dos anos 1990, influenciou negativamente os sindicatos dos servidores, e a direção da AFUSE foi progressivamente fechando as suas instâncias à participação dos funcionários de escola. Esse processo foi se acentuando, de maneira que este Congresso Estadual se realiza em um contexto de liquidação da democracia sindical. Muitos funcionários de escolas, a despeito de todos os ataques do governo, não têm sequer o conhecimento da realização deste Congresso, que decidirá a vida de seu sindicato por três anos.

A Corrente Proletária apresenta aos delegados e aos funcionários de escola em geral as suas formulações, seguindo o objetivo prático de organizar a luta em defesa das reivindicações dos trabalhadores. É função deste Congresso aprovar um Plano de Lutas, que afirme os princípios gerais da luta de classes e que esteja de acordo com as necessidades do momento. Daí a importância de caracterizar corretamente os acontecimentos e traçar os prognósticos fundamentais, que sirvam de guia para a ação coletiva.

I. CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

A situação mundial está marcada por graves acontecimentos, especialmente pelo recrudescimento da escalada bélica, envolvendo os conflitos na Palestina e na Ucrânia. O assassinato do dirigente do Hamas, Ismail Haniyeh, em território iraniano, ocorreu quase simultaneamente ao assassinato de Fuad Shukr, alto dirigente do Hezbollah, no Líbano. Ambos os casos constituíram uma grave afronta à soberania desses países por parte do Estado sionista de Israel. Mais do que isso, representaram um chamado à guerra, demonstrando o perigo de que o genocídio dos palestinos se espalhe e arraste todo o Oriente Médio ao conflito. Por trás da prepotência sionista se encontra o imperialismo norte-americano.

Soma-se a esse massacre, compondo um quadro sombrio, a guerra na Ucrânia – que já dura cerca de dois anos e meio. O cerco à Rússia pela OTAN forçou aquele país a se defender, de maneira que a Ucrânia foi usada como bucha de canhão, com os EUA à cabeça do ataque, ao mesmo tempo em que foi usada pela Rússia como escudo, respon-

dendo à ameaça promovida pelo organismo do imperialismo com os métodos de opressão nacional. Por se tratar de um conflito que opõe alianças entre potências militares, portadoras de milhares de ogivas nucleares, traz consigo o risco de uma generalização, ou seja, de uma possível conflagração mundial altamente destrutiva, com consequências imprevisíveis para a humanidade.

Os dois conflitos se destacam pela gravidade, mas não são os únicos pontos de choque violentos. Os golpes de Estado na África, as manifestações agudas na Nova Caledônia e a conturbada disputa eleitoral na Venezuela são exemplos que completam o quadro sombrio. Como pano de fundo encontra-se o agravamento da guerra comercial entre EUA e China. Trata-se de manifestações concretas do avançado grau de decomposição do capitalismo. Na raiz do problema está a contradição entre o elevado desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção monopolistas. As fronteiras nacionais se erguem como uma camisa de força, de modo que a crise do capitalismo tem impulsionado as potências ao questionamento da partilha do mundo decidida após a Segunda Guerra Mundial.

Como se vê, este Congresso da AFUSE está diante de uma conjuntura internacional convulsiva. E as consequências não giram em torno somente às mortes e destruição, há reflexos na política e na economia que se alastram. Os preços das mercadorias aumentam, assim como o endividamento dos Estados, de maneira que a burguesia age no sentido de descarregar o peso da enorme crise sobre os ombros dos explorados em todo o mundo.

No Brasil, o governo burguês de frente ampla de Lula e Alckmin não escapa à regra. Recusa-se a revogar o conjunto de contrarreformas aprovado nos governos de Temer e Bolsonaro, principalmente a trabalhista, a previdenciária e a Lei da Terceirização. Lula acaba de sancionar o “novo” Novo Ensino Médio, que preserva a essência privatista e de ataque à Educação da medida aprovada por Temer. A reforma tributária promulgada em dezembro do

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSIÇÃO E RESPOSTA DO
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



ano passado preserva os privilégios da burguesia, mantendo o regime de sacrifício aos explorados do país. O chamado Novo Arcabouço Fiscal tem se mostrado uma reedição do Teto de Gastos, aplicado pela ditadura civil de Temer, levando o governo a apontar cortes orçamentários para satisfazer a sanha do capital financeiro. Enfrentou com mão de ferro a longa greve da Educação federal, mantendo a infame proposta de 0% de reajuste para 2024.

A experiência com o governo petista está demonstrando, portanto, mais uma vez, a incapacidade do reformismo em levar a cabo o seu próprio programa. Lula se encontra completamente atado às determinações impostas pelo imperialismo, pela burguesia nacional e pelas oligarquias. Os trabalhadores e a juventude oprimida têm de superar suas ilusões com o nacional-reformismo, o que se dará a partir da própria experiência. Daí a importância de impulsionar o combate pelas necessidades mais sentidas das massas, fazendo a ponte com o programa anticapitalista, em defesa da revolução e do socialismo.

A Corrente Proletária na Educação defende que este Congresso da AFUSE aprove: pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexações. Abaixo o massacre dos palestinos, praticado pelo enclave norte-americano no Oriente Médio, o Estado sionista de Israel. Em defesa da República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Que os EUA e o imperialismo de conjunto tirem suas mãos sujas de sangue da Venezuela e de todas as semicolônias. Erguer uma poderosa frente única anti-imperialista, com o proletariado à frente, para pôr fim às guerras de dominação e combater os ataques desfechados pela burguesia sobre os explorados. Lutar no campo da independência de classe, mobilizando os oprimidos com o método da ação direta das massas e aplicando o princípio da democracia operária. No Brasil, os sindicatos (a AFUSE incluída), as centrais, movimentos sociais e entidades estudantis devem convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua massivas, em defesa dos empregos, salários, direitos, Educação e Saúde públicas.

II. POLÍTICA EDUCACIONAL

A Educação pública está sob ataque. A burguesia age de forma centralizada contra a Educação pública. Os governos municipais, estaduais e até mesmo o federal, sob a administração petista, em que pese as ilusões criadas pela política reformista, vêm implementando um conjunto de medidas de caráter privatista e de acirramento da precarização do ensino. Destacam-se a aprovação do “novo” Novo Ensino Médio e a militarização das escolas, que figuram ao lado de muitos outros problemas acumulados, como o arrocho salarial, o autoritarismo, o avanço da privatização, da terceirização, do ensino a distância (EaD) e da plataforma. São sintomas da decomposição geral do ensino, reflexos da crise estrutural do capitalismo.

Essas medidas constituem verdadeiras contrarreformas, contrariando a tese do reformismo petista, de que seria possível realizar ações progressivas pela via institucional, a partir da conquista do Estado pelas eleições. Os capitalistas têm retirado com a mão direita o dobro do que ofereceram com a mão esquerda. A reforma da previdência, o crescimento dos contratos temporários, a utilização cada vez mais abrangente da terceirização e os novos “planos de carreira” (que resultaram em retirada de direitos históricos) são expressão clara desse fenômeno. Permanece na mira do Congresso Nacional a reforma administrativa, que tem como eixo central a liquidação da estabilidade dos trabalhadores.

A juventude e os trabalhadores, por sua vez, têm resistido a esses ataques. O problema é que essa resistência não tem conseguido ultrapassar o caráter localizado e instintivo. Surgem como explosões de indignação, não raramente levando milhares às ruas em protesto, mas não avançam e não se consolidam organizativamente como movimentos coletivos, politicamente conscientes, dirigidos contra as raízes da falência do ensino, que devem ser encontradas no próprio capitalismo. O fundamental, no entanto, é que demonstram a existência de uma grande disposição de luta por parte dos explorados. O movimento só não avança devido ao corporativismo e ao imobilismo das direções políticas e sindicais, como acontece no caso da AFUSE.

Para conseguir aplicar as contrarreformas, a burguesia e seus governos têm aperfeiçoado seu aparato repressivo. Além da militarização das escolas, com destaque para o modelo cívico-militar (como se pode constatar em Goiás, Paraná e agora em São Paulo), tem ganhado força o movimento ultradireitista denominado Escola Sem Partido. A repressão às manifestações, as prisões, os processos administrativos e criminais, a perseguição e o autoritarismo dentro e fora das escolas, enfim, o conjunto de ações tomadas pelo Estado burguês servem para conter a resistência dos oprimidos à aplicação das contrarreformas, em outras palavras, servem para golpear os movimentos sindical e estudantil.

A Corrente Proletária na Educação defende que, para reverter esse quadro de sucessivas derrotas sofridas pelos funcionários de escola, pelos professores e estudantes, é preciso tomar como ponto de partida a luta pelas bandeiras mais concretas, que expressem as necessidades mais elementares. Será a partir da mobilização dos que estudam e trabalham em defesa dos empregos, salários e direitos que a consciência poderá se elevar, na medida em que as bases poderão fazer a experiência com as suas direções e com os governos. A linha geral de intervenção da AFUSE deve ser a de defesa de um sistema único de ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social (unidade entre teoria e a prática), para todos e em todos os níveis, sob controle dos trabalhadores e estudantes.

III. QUESTÕES SALARIAIS E FUNCIONAIS

Os funcionários de escola esperam que o Congresso estadual aprove as reivindicações que unificam os efetivos, contratados e terceirizados. Reivindicações que necessariamente implicam a organização da luta contra os governos, seja estadual, seja federal. Destacamos as reivindicações que são o ponto de partida para a unidade dos trabalhadores da educação:

1. Piso salarial

Com a aprovação de um Piso Nacional para os professores, em 2008, os sindicatos vinculados aos funcionários de escola reivindicaram que também houvesse um piso para a categoria. Depois de 13 anos, surgiu no Congresso Nacional um projeto de piso para os profissionais do quadro técnico e administrativo, que foi retomado no ano passado. O projeto indica como piso a referência de 75% do piso dos professores para 40 horas semanais, para os funcionários com nível médio. A CNTE e os sindicatos da categoria, por sua vez, se limitaram a fazer reparos no projeto e a ditarem a política de pressão aos deputados. Essa experiência de subordinar o movimento aos projetos parlamentares só tem trazido derrotas.

As direções sindicais alimentam ilusões entre os funcionários que com o PT no poder será mais fácil obter um piso salarial que seja referência para todos os estados. No entanto, não é o que vem se passando. Lula não revogou a reforma trabalhista de Temer e a previdenciária de Bolsonaro. E também não revogou o Novo Ensino Médio (NEM). O Piso Nacional dos professores, mesmo sob os governos do PT, não atinge o salário mínimo do Dieese. Lula não atende às reivindicações porque está submetido aos partidos oligárquicos que comandam o Congresso Nacional.

A Corrente Proletária defende um piso nacional para os funcionários de escolas, do quadro técnico-administrativo, a ser imposto ao governo por meio da luta dos trabalhadores. Sem um poderoso movimento nacional não será possível conquistar essa reivindicação. Fará parte de luta o valor do piso, que deverá ser calculado pelas assembleias da categoria e que seja o necessário para manter a família trabalhadora. Por isso, levanta a reivindicação de um salário mínimo vital.

2. Reposição das perdas salariais

Cabe lembrar que em 1994, os funcionários de escola tinham como piso em São Paulo, cerca de três salários mínimos, o que corresponderia hoje a R\$ 4.236,00. No entanto, ficou reduzido a um salário mínimo. Tomando apenas esse dado, é possível ver o tamanho da perda salarial. Diante dessa situação calamitosa, o governador Tarcísio de Freitas concedeu em 2023 um reajuste de 6%, muito aquém da reivindicação do QAE ou QSE.

Lamentavelmente, a direção do sindicato se recusa a convocar as assembleias para aprovar a luta pela reposição das perdas salariais. Toma como natural as condições miseráveis em que vivem a maioria dos funcionários de escolas.

A Corrente Proletária defende que o Congresso aprove um índice de reposição das perdas, a convocação da assembleia e o caminho para arrancar do direitista Tarcísio de Freitas essa reivindicação vital para recuperar o poder de compra dos salários, que se encontram no fundo do poço.

3. Efetivação de todos os funcionários temporários

Há muito o governo vem utilizando os contratos temporários. Assim, a maioria de funcionários nas escolas está submetida ao contrato de um ano. Terminado o contrato, passa um ano sem trabalho, para depois tentar retomar por meio das provas seletivas. Trata-se da mais brutal rotatividade do trabalho. Os funcionários contratados são marginalizados pelo sindicato e boa parte, assim, acaba rejeitando se filiar à AFUSE e se recusando a participar da luta contra a burocratização do sindicato.

O Congresso tem de se posicionar contra as provas de seleção e defender a efetivação de todos os funcionários contratados.

4. Fim da terceirização e privatização

Os cargos de cozinha e limpeza foram extintos para implantar a terceirização. O que abriu as portas para terceirizar outros serviços, como o de cuidadores que não recebem nem sequer o salário mínimo. A situação dos trabalhadores terceirizados é de semiescravi-

ção. Os salários são miseráveis e os atrasos de pagamentos e de recebimento da cesta-básica são constantes. As denúncias da má qualidade dos produtos da cesta-básica também se tornaram frequentes. Vivem sobre a ameaça de perda do contrato e sob a pressão da chefia quando são obrigados a ir ao médico e apresentar atestado. Portanto, trabalham muito, recebem pouco e não contam com direitos trabalhistas elementares.

Os governos viram na terceirização dos serviços escolares uma forma de cortar gastos com a contratação de funcionários. Basta lembrar que em 2017 o governo terceirizou os serviços de limpeza e merenda em metade das 5.400 escolas. Existiam por volta de 20 mil temporários contratados pelas cooperativas, contratos feitos pelas APMs das escolas. Nesse mesmo ano, iniciaram os primeiros pregões para os contratos das empresas, que acontecem nas diretorias de ensino. Para imposição da terceirização, o governo fez o remanejamento (remoção compulsórias) de 12 mil agentes de serviços escolares. Hoje o número de funcionários de limpeza e merenda contratados pelo estado são poucos, que passaram a cuidar dos pátios e ajudar na chamada "busca ativa".

A lei da terceirização, que avançou para todos os setores, inclusive para os serviços públicos, implantada por Temer, ganhou projeção nos governos dos PSDB em São Paulo e, agora, Tarcísio não faz senão dar um passo à frente com o início da privatização de toda a gestão escolar.

Enquanto os governos privatistas avançam sobre os funcionários de escolas, a direção da AFUSE fecha os olhos para esse contingente de trabalhadores. Acabou aceitando a terceirização como uma condição natural. Com a terceirização, reduziu o número de funcionários diretamente contratados pelo estado, dividiu os trabalhadores entre efetivos, contratados e terceirizados e a categoria passou a ter mais de um sindicato, ou seja, a AFUSE e o sindicato dos terceirizados dentro da mesma escola. Com isso, o governo quebrou a força coletiva de uma categoria, que no passado eram milhares de funcionários em todo o estado. Com a privatização das 33 escolas no próximo ano e a imposição das escolas cívico-militares, toda a gestão escolar, que inclui os funcionários, será privada.

O Congresso tem a tarefa de responder a essa situação calamitosa que vem sendo imposta nas escolas. Para isso, é preciso rejeitar a terceirização, a privatização e as escolas cívico-militares. Rejeitar não em palavras, mas organizando a luta direta. Ao mesmo tempo, aprovar a bandeira da efetivação de todos os trabalhadores terceirizados.

5. Trabalho igual, salário igual

Com o reenquadramento, o governo impôs uma diferenciação salarial entre os trabalhadores que executam o mesmo trabalho. Para ocupar o cargo de agentes de organização é preciso ter o nível de escolaridade médio. De repente, o governo determinou que os agentes escolares que possuísem certificados de graduação passariam a receber mais. Os agentes escolares, que possuíam condições financeiras para pagar um curso privado, rapidamente correram para obter um diploma e assim ter um salário maior. O resultado foi a divisão dos agentes escolares. O fato é que nem os agentes escolares de nível médio e nem os que possuem o diploma de graduação recebem um salário suficiente para manter a sua família.

A direção da AFUSE em vez de exigir o reenquadramento de todos os agentes escolares, para que não houvesse a distinção salarial, passou a incentivar a caça aos diplomas, boa parte obtida pelo ensino a distância.

O Congresso deve se colocar contra essa divisão. E aprovar a reivindicação democrática de: trabalho igual, salário igual.

IV. BALANÇO DA DIREÇÃO DA AFUSE

Os funcionários necessitam de uma direção classista e de luta para enfrentar os ataques dos governantes. A direção, que esteve à frente de nosso sindicato nestes últimos três anos, carrega em suas costas o peso de uma política antidemocrática. Foi eleita por meio de uma eleição virtual, sem a organização de um processo assentado na democracia sindical e sem que os funcionários pudessem conhecer e discutir as posições da chapa que concorria às eleições. Como era de esperar, se tratou apenas de um referendo on-line da direção que há anos comanda o sindicato. Dessa forma, houve uma continuidade da política de conciliação de classes levado a cabo pela direção petista.

Fez e faz parte da política da direção a rejeição em convocar as assembleias gerais e as reuniões de representantes de escolas. Tudo é decidido pela diretoria e comunicado às bases por meio, geralmente, on-line. Não por acaso, as assembleias gerais ocorrem no final do Congresso estadual, a cada três anos. Uma assembleia para os delegados ao Congresso, onde a base não participa. No pós-pandemia, as reuniões de Representantes das Unidades Escolares não aconteceram. As subseções perderam um número significativo de Conselheiros Eleitos frente ao imobilismo da direção e das eleições virtuais.

A pandemia fez com que a direção da AFUSE utilizasse o mundo virtual, desconhecendo a situação precária de trabalho por que passa os funcionários. A categoria sentiu na pele que a burocracia fez do virtual escudo para não ser questionada sobre a política do sindicato diante dos ataques que são desfechados pelos governantes. As condições de trabalho, salários e contratações temporárias impostas pelo governo tem levado ao empobrecimento geral da categoria e à superexploração, que tem ocasionado as doenças e estafa de parcela significativa da categoria, no entanto, qual tem sido a resposta dessa direção, que só comparece de forma virtual? Na realidade, continuou com suas coleções de ofícios e outros documentos à Secretaria da Educação, à espera de uma resposta, que não veio e não virá. Não é diferente a sua participação na CNTE, que também não passa de uma confederação de fachada.

Trata-se de uma direção que culpa a categoria por não ter uma participação ativa, de ser apática, de não querer lutar. Falso! O imobilismo e a apatia são consequências da política da direção do sindicato, que não visita as escolas, não convoca as assembleias e reuniões periódicas, não organiza as manifestações contra os ataques do governo e não trabalha pela unidade dos funcionários de escolas

com os professores e demais trabalhadores. É uma direção, como se pode ver, corporativista e antidemocrática. Chegou ao ponto de se conformar com o controle do Estado perante a quantidade de funcionários em atividades sindicais, que determinou o número de 700 funcionários estaduais para ter o direito ao abono e participar de atividades sindicais.

Fazer um balanço rigoroso da direção da AFUSE era uma tarefa que deveria ter sido feita nos Encontros preparatórios ao Congresso Estadual. Como não foi realizado, cabe aos delegados, apesar da condição de ser eleitos de forma antidemocrática e em alguns casos pela via virtual, a tarefa de fazer esse balanço. A Corrente Proletária sabe que isso é quase impossível, porque o Congresso foi chamado para referendar a política da direção do sindicato. Será um Congresso distraçionista e voltado a transformar os delegados em cabos eleitorais para as eleições municipais de outubro.

É imprescindível um balanço rigoroso da política da direção da AFUSE, que tem levado ao desmonte do sindicato e ao afastamento dos funcionários de escola. Caso contrário, será mais um Congresso de faz de contas, de discursos e palestras distraçionistas.

A Corrente Proletária, como oposição à direção burocrática da AFUSE, defende um sindicato classista e de luta. Para isso, é preciso rechaçar a política colaboracionista da direção petista. É preciso uma direção:

1) Que exija do governo Lula a revogação da reforma trabalhista, da lei da terceirização, da reforma da previdência e do Novo Ensino Médio, e que exija do governo direitista de Tarcísio o fim da terceirização, das escolas cívico-militares e da privatização. Que organize o combate coletivo em defesa das reivindicações vitais, dos empregos, salários e direitos;

2) Que aplique uma política sindical voltada à organização dos funcionários desde a base, com total independência política diante dos governos, contra qualquer ingerência do Estado sobre o sindicato. Nenhuma confiança na Justiça e no Parlamento, confiar em nossas próprias forças;

3) Que potencie a força coletiva dos funcionários efetivos, contratados e terceirizados, erguendo a luta com o método da ação direta (greves, ocupações, manifestações massivas etc.). Que trabalhe pela unidade dos trabalhadores, não se limitando aos funcionários, mas trabalhando pela unificação com todo o funcionalismo.

4) Que se guie pelo princípio da democracia operária, o que pressupõe o direito de todas as posições políticas que atuam junto à categoria se expressarem. Que a Assembleia Geral dos funcionários seja democrática, que seja convocada para discutir os problemas, aprovar as reivindicações e os métodos de luta. Por Congressos verdadeiramente democráticos, com delegados eleitos nas escolas. Que seja suprimido do Estatuto a exigência burocrática de ser Conselheiro por três anos para participar das eleições da Diretoria.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

